

## Unanimidade nacional

### EMBRAER É SUCESSO EXPORTADOR BASEADO NA INTEGRAÇÃO COM O MERCADO MUNDIAL

*Marcelo de Paiva Abreu\**

Os recentes sucessos da Embraer na obtenção de expressivas encomendas junto a empresas de aviação regional na Europa, inclusive para modelos ainda não lançados, tem sido motivo de justa comemoração. O exemplo tem importância especial em um momento em que as exportações respondem com bastante lentidão ao incentivo propiciado por uma desvalorização real da ordem de 30%.

Desde os anos setenta, dentro de uma estratégia governamental de “pick the winner”, de escolha de vencedores, a Embraer tem recebido importantes incentivos públicos diretos e indiretos sendo o principal segmento empresarial do parque tecnológico aeroespacial da região de São José dos Campos. Depois de sucessos iniciais de seus turbohélices para uso civil e treinamento militar, bem representados pelo Bandeirante e pelo Tucano, a empresa teve muito menos sucesso em seu projeto de cooperação com a Itália para o desenvolvimento de um caça a jato. E sofreu grande crise no final da década de oitenta, coroada por gestão desastrosa durante o governo Collor. É a grande sobrevivente entre muitas iniciativas de política industrial hoje quase que esquecidas, dos tempos de gasto público generoso, tais como Embramec, Ibrasa, Engesa e Imbel.

Desde a privatização assistiu-se a uma notável recuperação da empresa, baseada principalmente no desenvolvimento de novas aeronaves de bom desempenho em seus respectivos de mercado e da disponibilidade de recursos públicos para viabilizar o financiamento da produção e, principalmente, das vendas no exterior, através do Proex. Neste último caso, a empresa está enfrentando dificuldades com relação à continuidade dos financiamentos a seus clientes nas bases atuais, consideradas pela Organização Mundial de Comércio, em primeira instância, como conflitante com os compromissos multilaterais assumidos pelo Brasil. O financiamento à Embraer concentra boa parte dos recursos destinados pelo governo brasileiro ao financiamento de exportações. Na modalidade equalização de juros estima-se que este ano as vendas da empresa absorvam dois terços do valor total disponível para comprometimento de cerca de US\$ 1,2 bilhão. O caso da Embraer é uma história de sucesso, mas dificilmente será possível basear a política de incentivos às exportações na generalização dos financiamentos de equalização de juros do Proex. A possibilidade de acomodação permanente dos recursos requeridos por tal programa no quadro dos esforços de contenção dos gastos públicos é remota.

A Embraer é excelente exemplo de como é importante abandonar qualquer ótica mercantilista quanto à inserção de firmas brasileiras no mercado internacional. Para exportar é necessário ter acesso a insumos a preços mundiais. Embora as facilidades de

*drawback* assegurem a entrada livre de componentes importados, também é importante que os requisitos indiretos de insumos dos exportadores estejam disponíveis próximos aos preços mundiais, praticados nos mercados onde estão instalados os principais competidores da empresa. Para exportar US\$ 1.173 milhões no ano passado, a empresa importou diretamente US\$ 887 milhões distribuídos entre componentes e criação de capacidade produtiva adicional. Além disso, há que considerar o componente importado incorporado nos insumos nacionais, incluindo bens e serviços.

A obtenção pela Embraer de grandes encomendas no exterior deu ensejo a que voltassem à carga os defensores de uma política de exportações que privilegie os bens industriais de “alta tecnologia” em detrimento de bens primários ou semi-processados. É necessário enfatizar que frequentemente exportações de produtos primários podem embutir importante componente tecnológico. O desenvolvimento de novas variedades de cultivos, por exemplo de maior produtividade ou resistentes a doenças específicas, e ainda o *upgrade* de padrões fito-sanitários são bons exemplos. Além disso, não há argumento econômico válido para justificar a discriminação do acesso de produtos específicos ao financiamento às exportações com base em juízo relativo à sua sofisticação tecnológica. Se o objetivo é estimular o desenvolvimento tecnológico, o governo deve fazê-lo através de estímulos diretos. Aliás, este é um campo em que há amplo escopo para o aumento da atividade pública, uma vez que os subsídios ao desenvolvimento tecnológico são legais frente à legislação multilateral.

O sucesso da estratégia econômica do governo depende crucialmente, além de persistência na perseguição do ajuste fiscal, de um desempenho razoável das exportações, que seja capaz, inclusive, de compensar as quedas de preços sofridas no passado recente. Para isto, o governo dispõe de instrumentos que podem afetar a demanda e a oferta de exportações brasileiras. Do lado da demanda, a pressão deve ser contínua para que sejam desmanteladas as barreiras protecionistas que afetam o acesso de exportações brasileiras, ainda que o efeito destas pressões deva ser modesto no curto prazo. Do lado da oferta, o principal instrumento de que se dispõe é o crédito às exportações. Além da ampliação do Proex, inclusive com a manutenção das apostas seletivas de longo prazo, seria necessário que o governo assegurasse através de seus agentes financeiros, o crescimento sem volatilidade das linhas de financiamento às exportações compatíveis com as suas metas de prazo mais longo, às quais todos os exportadores tivessem acesso.

Curiosamente, a desvalorização real de 30% desde janeiro, que deveria servir de estímulo às exportações, foi seguida por clamores setoriais intensos por mais reserva de mercado, como ilustram as pressões por fatias de mercado para a indústria nacional de equipamentos petrolíferos e de telecomunicações, ou o programa de renovação da frota de veículos de passeio patrocinado pelo setor automotivo. Quanto mais o governo acomodar estas demandas por reserva de mercado, menos eficaz será o estímulo da desvalorização para que quem tem competência conquiste os mercados externos e mais casuística a sua política de comércio exterior.

-----

\*Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.

